



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº _____/2019
(Do Sr. IVAN VALENTE)

Requer ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública informações sobre Anteprojeto de Lei que regulamenta o mercado de planos de saúde.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, §2º da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro que, ouvida a Mesa, seja encaminhado ao Senhor **MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**, pedido de informações sobre as seguintes questões:

- 1) O Ministério está participando da construção de alguma proposta para alteração da regulamentação dos planos de saúde, especialmente para facilitar os reajustes por faixa etária, derrubar os prazos máximos de espera, criar a possibilidade de reajustes extraordinários, dificultar a cobrança das operadoras pelos atendimentos realizados pelo SUS, criar barreiras para que as operadoras sejam multadas e reduzir as competências da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS?
- 2) O Ministério está participando do debate sobre proposta para a criação de um Conselho de Saúde Suplementar para decidir sobre o reajustes de planos individuais e familiares e também para fixar quais são os procedimentos obrigatórios que as operadoras devem oferecer? Qual seria a composição do referido Conselho?
- 3) Quais são os órgãos públicos envolvidos no debate para a construção de uma nova regulamentação para os planos de saúde? Encaminhar cópia integral dos processos com estudos e

pareceres técnicos elaborados para embasar o debate sobre a nova regulamentação dos planos de saúde.

- 4) De quantas reuniões o Ministério participou para discutir a mudança na regulamentação dos planos de saúde desde o início do ano? Quais autoridades e representantes da sociedade civil participaram de cada reunião? Encaminhar cópia da Ata e a agenda pública em que essas reuniões foram divulgadas.
- 5) O Ministério recebeu alguma proposta de Anteprojeto elaborada pelo setor privado para a regulamentação dos planos de saúde? Quem encaminhou essa proposta? Quando ela foi recebida? Encaminhar cópia da minuta do Anteprojeto sugerido.
- 6) Quantas vezes o Ministério recebeu os senhores SOLANGE BEATRIZ, JOSÉ CECCHIN, RONALDO SCHEIBE e ALESSANDRO ACAYABA e outros representantes das operadoras de planos de saúde, desde o início do ano? Encaminhar os registros de entrada e saída, e as respectivas atas das reuniões das quais eles participaram.

JUSTIFICATIVA

O colunista Elio Gaspari divulgou em sua coluna de 14 de julho do presente ano que escritórios ligados a operadoras de Planos de Saúde elaboraram uma proposta de regulamentação do setor para o Governo Federal encaminhar ao Congresso Nacional.

Conforme o colunista, a proposta facilitaria os reajustes por faixa etária, derrubaria os prazos máximos de espera a serem observados pelas operadoras, criaria a possibilidade de reajustes extraordinários para cobrir o rombo das operadoras e dificultaria a cobrança das operadoras pelos atendimentos realizados pelo SUS.

Além disso, a proposta também criaria barreiras para que as operadoras sejam multadas e esvaziaria as competências da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS para empoderar um Conselho de Saúde Suplementar composto por Ministros e servidores.

Conforme alerta o colunista, o novo órgão composto por servidores demissíveis *ad nutum* passaria a ser o responsável por decidir sobre o reajustes de planos individuais e familiares e também para fixar os procedimentos obrigatórios que as operadoras devem oferecer.

Trata-se de informação extremamente grave e que coloca em risco o acesso à saúde de milhões de brasileiros que se desdobram em plena crise econômica para arcar com as altas mensalidades cobradas pelas operadoras de planos de saúde.

Além dos valores astronômicos, os consumidores enfrentam cada dia mais dificuldades burocráticas para acessar procedimentos e a redução constante da rede médica de atendimento oferecida pelos planos de saúde.

Sem dúvida alguma, este é atualmente um dos problemas que mais afetam os consumidores, sobretudo os idosos.

Diante disso, é inconcebível que qualquer debate sobre uma nova regulamentação transcorra de forma unilateral, com o Governo simplesmente encampando a proposta produzida pelos representantes das operadoras de planos de saúde num debate sem qualquer transparência.

É para assegurar à sociedade o direito de acompanhar e participar deste debate que apresentamos o presente requerimento de informações.

Sala das Sessões, 16 de julho de 2019.

IVAN VALENTE
DEPUTADO FEDERAL PSOL/SP